



INDICAÇÃO N.º 499, DE 2025

EM: 14/09/2025
APPROVADO
Presidente
Câmara Municipal
São Gonçalo do Amarante

Sugere ao Chefe do Poder Executivo que encaminhe a esta Casa Legislativa Projeto de Lei que dispõe sobre a criação e regulamentação do Centro de Educação Especializado para Atendimento de Crianças com Transtornos de Aprendizagem no Município de São Gonçalo do Amarante – Ceará.

O Vereador Professor Ivan Oliveira do PT, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo nos termos do art. 183 do Regimento Interno, *sugere* ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que encaminhe a esta Casa Legislativa Projeto de Lei que dispõe sobre a criação e regulamentação do Centro de Educação Especializado para Atendimento de Crianças com Transtornos de Aprendizagem no Município de São Gonçalo do Amarante-Ceará, conforme minuta em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Indicação tem por objetivo criar, no Município de São Gonçalo do Amarante – Ceará, um espaço especializado no atendimento de crianças com transtornos de aprendizagem, garantindo diagnóstico precoce, acompanhamento pedagógico e suporte multidisciplinar.

Pesquisas apontam que, quando identificados e tratados de forma adequada, esses transtornos deixam de representar barreiras intransponíveis para o desenvolvimento acadêmico e social do aluno. Contudo, a falta de diagnóstico e de acompanhamento qualificado contribui para o aumento da evasão escolar, baixa autoestima e dificuldades de inserção social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), em seu art. 54, assegura atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça a necessidade de apoio especializado para alunos com necessidades específicas.

Dessa forma, a criação de um Centro de Educação Especializado no município representa um avanço significativo para a política educacional local, assegurando direitos e fortalecendo a inclusão.

Conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desta Indicação e o encaminhamento do respectivo Projeto de Lei pelo Poder Executivo.

Certo do apoio dos membros desta Casa de Leis na aprovação deste Requerimento, agradeço.



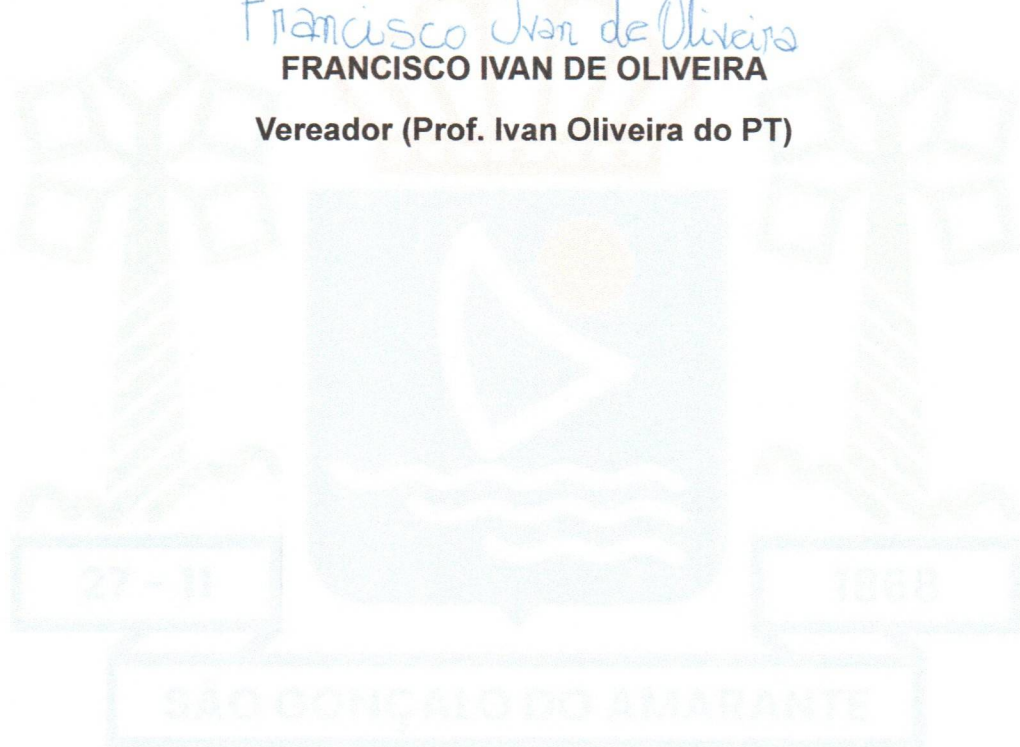
CÂMARA MUNICIPAL DE
**SÃO GONÇALO
DO AMARANTE**
Com o povo para seguir avançando

**Nestes Termos
Aguarda Deferimento,**

Plenário das Sessões da câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante - CE, aos ____ dias do
mês de ____ de 20____.

Francisco Ivan de Oliveira
FRANCISCO IVAN DE OLIVEIRA

Vereador (Prof. Ivan Oliveira do PT)





ANEXO - MINUTA

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, INDICO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Gonçalo do Amarante – CE que seja encaminhado a esta Câmara Municipal Projeto de Lei com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Especializado para Atendimento de Crianças com Transtornos de Aprendizagem no âmbito do Município de São Gonçalo do Amarante – Ceará, com a finalidade de oferecer diagnóstico, acompanhamento pedagógico e atendimento multidisciplinar a crianças da rede pública municipal que apresentem dificuldades específicas no processo de aprendizagem.

Art. 2º O Centro terá como público-alvo crianças matriculadas na educação infantil e no ensino fundamental que apresentem:

- I – dislexia;
- II – discalculia;
- III – transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade (TDAH);
- IV – disgrafia;
- V – outros transtornos de aprendizagem identificados por equipe técnica especializada.

Art. 3º O atendimento no Centro será realizado por equipe multiprofissional composta por, no mínimo:

- I – pedagogos especializados em educação inclusiva;
- II – psicopedagogos;
- III – psicólogos;
- IV – fonoaudiólogos;
- V – terapeutas ocupacionais;
- VI – assistentes sociais.

Art. 4º Compete ao Centro:

- I – realizar triagem e diagnóstico inicial, com encaminhamento para avaliação médica quando necessário;
- II – elaborar planos de intervenção pedagógica individualizados;



III – acompanhar a evolução escolar das crianças atendidas, em parceria com a escola de origem;

IV – promover formação continuada para professores da rede municipal sobre práticas inclusivas e estratégias de ensino para alunos com transtornos de aprendizagem;

V – orientar famílias quanto ao acompanhamento educacional e terapêutico dos alunos.

Art. 5º O Poder Executivo poderá celebrar convênios e parcerias com instituições de ensino superior, hospitais, clínicas e organizações da sociedade civil para a execução das atividades previstas nesta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

